



Relatório de Atuação *2016*

“A verdadeira motivação vem de realização, desenvolvimento pessoal, satisfação no trabalho e reconhecimento.”

Frederick Irving Herzberg

Apresentação

O presente relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- CEAF, a despeito de cumprir a exigência legal prevista no art. 64 da Lei Complementar nº 12/93, constitui-se em mecanismo para conferir publicidade ao trabalho desenvolvido ao longo do ano 2016.

O relatório foi dividido nos seguintes tópicos: Atribuições do CEAF/MPPI, Estrutura Material, Estrutura de Pessoal, Dados Estatísticos de expedientes, Termos de Cooperação e informações sobre os eventos, tais como, palestras, minicurso e oficinas e outros.

O conteúdo do presente relatório demonstra que durante o ano de 2016, o CEAF/MPPI procurou desempenhar suas atribuições com eficiência e efetividade, promovendo o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí.

Palavra da Diretora

Sabe-se que o aprimoramento profissional e cultural, a atualização e a especialização do conhecimento de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí fazem parte das atribuições do CEAF/MPPI. Assim, na busca de atendimento desses objetivos, foram realizados durante o ano de 2016, diversos eventos, tais como cursos, minicursos, oficinas, palestras e reuniões temáticas.

Além da realização desses eventos e com o escopo de possibilitar uma maior capacitação de membros e servidores da Instituição foram demandadas ações junto ao Exmo. Procurador Geral de Justiça – Dr. Cleandro Alves de Moura, objetivando a busca de parcerias, através de celebração de Termo de Cooperação Técnica com outras Instituições Oficiais. Destaca-se que foram firmados Termos de Cooperação Técnica com ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO-ESMPU e ESCOLA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ-EJUD. Além de Termo de Cooperação firmando com o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por iniciativa da Administração Superior e participação da Diretora signatária na assinatura do documento. Não há negar, que tais ações são extremamente importantes para a realização de atividades de mútuo compartilhamento de conhecimentos, informações e experiências, entre os parceiros envolvidos.

Em maio e setembro de 2016, efetivou-se a experiência inovadora de disponibilização de 2 (dois) cursos na modalidade à distância aos membros e servidores, oportunizando, de forma mais eficiente, a capacitação de membros com atuação nas Promotorias de Justiça do interior do Estado.

No segundo semestre do ano de 2016 foram efetivadas ações voltadas à elaboração do PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO DE MEMBROS E SERVIDORES PARA 2017, a partir de levantamento das sugestões e necessidades educacionais apontadas pelas diversas áreas da Instituição.

Ressalte-se, por oportuno, que foi implantado o Conselho Consultivo do CEAF/MPPI previsto no art. 13, do Ato PGJ 612/2016, com a realização de reunião inaugural com a presença da maioria de seus membros, ocasião em que foi aprovado o Plano de Desenvolvimento de Membros e Servidores/2017.

Por fim, reafirma-se o compromisso com ações voltadas à capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores, contribuindo assim para o fortalecimento do Ministério Público do Estado do Piauí.

RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO
Diretora Geral do CEAF

1. Das atribuições do CEAF

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF é o órgão auxiliar do Ministério Público, previsto no artigo 62 da Lei Complementar nº 12/1993 e instituído do âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí pelo Ato 473/2013, revogado pelo Ato 612/2016.

As atribuições estão delineadas no art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 12/1993, in verbis:

Art. 62 - O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é órgão auxiliar do Ministério Público destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, encontros, estudos e publicações visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais, incumbindo-lhe:

I - instituir:

a) cursos preparatórios para os candidatos ao ingresso nos quadros institucionais e de auxiliares do Ministério Público;

b) cursos para aperfeiçoamento e especialização de membros do Ministério Público;

II - indicar os professores regulares e eventuais para os cursos e atividades do órgão, ouvindo o Procurador Geral de Justiça;

III - estimular e realizar atividades culturais ligadas ao campo do Direito e ciências correlatas relacionadas às funções afetas à Instituição;

IV - promover círculos de estudos e pesquisas, reuniões, seminários e congressos, abertos à frequência de membros do Ministério Público e, eventualmente, a outros profissionais da área jurídica;

V - apoiar projetos e atividades de ensino e pesquisas que se realizem para o aprimoramento dos membros do Ministério Público;

VI - manter intercâmbio cultural e científico com instituição pública;

VII - prestar orientação aos Promotores Substitutos durante o estágio de adaptação;

VIII - editar publicações de assuntos jurídicos e de interesse da Instituição.

O Ato PGJ Nº 612/2016 que revogou o Ato PGJ nº 413/2013, também trata das atribuições do CEAF, in verbis:

Art. 2º São atribuições do CEAF:

I – instituir:

cursos para aperfeiçoamento e especialização de membros e servidores do Ministério Público;

cursos preparatórios para os candidatos ao ingresso nos quadros institucionais e auxiliares do Ministério Público;

II – indicar os professores regulares e eventuais para os cursos e atividades do órgão, ouvindo o Procurador-Geral de Justiça;

III – estimular e realizar atividades culturais ligadas ao campo do Direito e ciências correlatas relacionadas às funções afetas à Instituição;

IV - promover cursos, oficinas, ciclos de estudos, reuniões, simpósios, seminários, congressos, e outros eventos abertos à frequência de membros e servidores do Ministério Público, e excepcionalmente, a outros profissionais com atuação em área

- vinculada às funções institucionais do Ministério Público;
- V – apoiar projetos e atividades de ensino e pesquisa que se realizem para o aprimoramento dos membros do Ministério Público;
- VI - editar publicações de assuntos jurídicos e de interesse da Instituição;
- VII – promover, em parceria com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, curso de adaptação aos Promotores de Justiça Substitutos;
- VIII – manter intercâmbio cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- IX – prestar serviços de organização de concursos públicos ou seleção pública para estagiários do Ministério Público do Estado do Piauí e promover curso de preparação para o ingresso no estágio;
- X – organizar e administrar a Biblioteca do Ministério Público do Estado do Piauí, bem como opinar no processo de aquisição de obras e de disponibilização do seu acervo à consulta do público interno e externo;
- XI - zelar pelo reconhecimento e valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado;
- XII - identificar e avaliar as necessidades de capacitação de membros e servidores do Ministério Público, emitindo parecer;
- XIII - coordenar o acompanhamento dos programas de estágio com estudantes regularmente matriculados nas instituições educacionais públicas e privadas conveniadas com o MPPI;
- XIV - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas, compatíveis com seus fins institucionais.

Nesse contexto, tem-se que é missão do CEAF a capacitação, qualificação e aperfeiçoamento de seus membros e servidores, focada, portanto, na atividade-fim.

2. Estrutura de Pessoal

A Lei Complementar Estadual nº 12/1993, no art. 63, trata da direção e dos serviços de apoio administrativo para o desempenho das atribuições do CEAF, a saber:

O Art. 63 - O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional será dirigido por um Procurador de Justiça, que será nomeado pelo Procurador Geral de Justiça e disporá de apoio administrativo e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções.

O ATO PGJ Nº 612/2016 que revogou o ATO PGJ nº 413/2013 prevê em seu artigo 5º que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional será dirigido por um Procurador de Justiça, que será nomeado pelo Procurador Geral de Justiça e disporá de apoio jurídico, pedagógico e administrativo, bem como de serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções.

2.1. DIRETORIA

O CEAF/MPPI é dirigido pela Procuradora de Justiça Dra. Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, que foi nomeada para o cargo de Diretora-Geral, através da Portaria nº 1328/2013, acumulando com suas funções na 18ª Procuradoria de Justiça. No ano de 2016, nos períodos de gozo de férias e de um mês de licença-prêmio da titular, o Exmo Procurador Geral de Justiça -Dr. Cleandro Alves de Moura designou como substituta a Procuradora de Justiça, Dra. Rosangela de Fátima Loureiro Mendes, por meio de Portaria expedida pela Procuradoria-Geral.

2.2. SERVIDORES

O ATO PGJ 612/2016 dispõe em seu art. 7º que no intuito de realizar os seus objetivos, a Direção do CEAF/MPPI contará com a seguinte estrutura: Secretaria, Assessoria Pedagógica e Administrativa, Assessoria Jurídica, Conselho Consultivo e Assessoramento para Biblioteca.

O CEAF contou em 2016 com o seguinte quadro de pessoal:

NOME	CARGO
Ceres Cronemberger Sobral Franco	Técnica Ministerial
Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães	Assessora Jurídica
Edinalba da Costa Rego	Terceirizada

Desse modo, resta consignar que o órgão carece de servidores, não atendendo, portanto, o comando legal acima invocado.

3. Estrutura Material

3.1. DAS INSTALAÇÕES DO CEAF

O CEAF/MPPI funcionava em um imóvel alugado pela Administração Superior, situado na Rua Magalhães Filho, nº 75, Centro, onde dividia o espaço físico com o GAECO. No início do ano de 2016, com a rescisão do contrato de locação pela Procuradoria-Geral, o Órgão foi instalado no prédio Sede da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Rua Álvaro Mendes, Nº2294, Centro, Teresina-PI, ocupando duas salas, sendo uma sala da Diretoria e outra da Secretaria.

Em dezembro de 2016, o Órgão mudou-se para novo prédio do Ministério Público, situado na Rua Lindolfo Monteiro, nº 911, Zona Leste da Capital. Ocupando parte do térreo do aludido imóvel, com a seguinte estrutura física, a saber: 1 (uma) Recepção, 2(duas) salas de aula, 1 (uma) Sala da Diretoria, 1(uma) Sala da Secretaria, Almoxarifado, Cantina e Biblioteca.

Para realização de eventos o CEAF/MPPI se utilizou do auditório na sede da Procuradoria Geral de Justiça, com capacidade para 130 (cento e trinta) lugares e sala de reuniões existente no 1º andar, no referido prédio, como também do auditório dessa nova sede com capacidade para 80 (oitenta) lugares.

3.2. BIBLIOTECA DO MPPI

A Biblioteca do Ministério Público do Estado do Piauí, “ Procurador de Justiça -Waldyr Silva Guimarães” foi criada pelo Ato PGJ nº 525/2015 , e se encontra em fase de estruturação no novo prédio do Ministério Público-Zona Leste, integrando o mesmo espaço físico do CEAF/MPPI.

No ano de 2016, foram adquiridos por meio de processo licitatório 628 (seiscentos e vinte oito) exemplares de livros, todos já devidamente catalogados.

Registre-se, porquanto necessário, que até o mês de novembro de 2016 os livros permaneceram guardados em caixas na sala da Diretoria, em razão da inexistência de espaço físico para funcionamento da Biblioteca.

Destaca-se ainda, que o Órgão não dispõe de assessoramento de bibliotecário, previsto no ATO PGJ nº 612/2016.

4. Dados Estatísticos

4.1. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CEAF/MPPI

EXPEDIENTES	QUANTIDADE
MEMORANDOS RECEBIDOS	25
MEMORANDO EXPEDIDOS	37
OFICIOS RECEBIDOS	39
OFICIOS EXPEDIDOS	270
PARECERES	07
OFICIOS CIRCULARES	33
ATAS	02

O Órgão realizou reuniões temáticas com setores da Administração Superior para elaboração do plano de Desenvolvimento de Membros e Servidores 2017, a partir de sugestões apresentadas pelos diversos Órgãos da instituição.

Destaque-se, porquanto relevante, que o Conselho Consultivo criado pelo ATO PGJ 612/2016, realizou sua reunião inaugural no dia 08 de dezembro de 2016, sob a presidência do Procurador Geral de Justiça e com a presença da maioria de seus membros, ocasião em que foi aprovado à unanimidade o Plano de Desenvolvimento de Membros e Servidores do MP/PI de 2017.



4.2. TERMOS DE COOPERAÇÃO

O Art. 64 da Lei Complementar Estadual nº 12/93 estabelece que as atividades inerentes ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional serão desenvolvidas diretamente, através de seus próprios órgãos e serviços auxiliares, ou indiretamente, por meio de convênios celebrados com instituições oficiais ou reconhecidas de finalidades assemelhadas.

Nesse sentido, o CEAF/MPPI buscou realizar parcerias com outros órgãos de própria Administração Superior, realizando cursos e eventos, como forma de atender as necessidades desses parceiros em suas áreas típicas de execução, contribuindo assim para o aprimoramento dos membros e demais interessados nas temáticas ofertadas.

Cumpre, ainda, registrar, que o Órgão firmou parceria com a APMP- Associação Piauiense do Ministério Público para realização de cursos de interesse dos membros, inclusive com filmagens dos eventos para disponibilização aos interessados(as).

Ressalte-se, vez que importante, a experiência inovadora abraçada pelo CEAF/MPPI e o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais - CAOCRIM com a realização de Oficina de Audiência de Custódia” para membros e servidores do MPPI.



O CEAF/MPPI no ano de 2106 demandou ao Exmo Procurador Geral de Justiça solicitações para celebração de Termos de Cooperação Técnicas com outras Instituições Oficiais. Vejamos:

1. TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 32/2016 - Firmado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por possibilitar o compartilhamento, participação e troca de experiências através dos cursos oferecidos pelas partes.
2. TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 35/206 - Celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ e a ESCOLA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ-EJUD, por oportunizar treinamento aos membros e servidores sobretudo acerca de PJE -Processo Judicial Eletrônico.
3. TERMO DE COOPERAÇÃO - Celebrado entre a ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO- ESMUP e o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO PIAUÍ-MPPI, por oportunizar os acessos aos cursos oferecidos na modalidade à distância.

.....

5. Participações em reuniões junto ao Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP

A Diretora do Órgão participou na condição de integrante do colegiado e por convocação da presidência, de reuniões ordinárias, onde foram discutidos temas de interesse das escolas e ceaf's dos Ministérios Públicos brasileiro.

Cabe, destacar, que a participação do CEAF/MPPI no CDEMP tem possibilitado a realização de eventos e cursos, de forma mais eficiente, vez que prevalece a troca de experiência e a socialização das ações implementadas pelos MP brasileiros.

Outro ponto que merece destaque, foi a criação da ESCOLA DO MINISTÉRIO PÚBLICO- ENAMP, por possibilitar o acesso aos conteúdos de trabalhos jurídicos e aos cursos em breve oferecidos na modalidade à distância, cujo link encontra-se disponível na página do CEAF no site do MPPI.



4ª Reunião Ordinária do CDEMP, nos dias 10 e 11 de outubro de 2016, em Rio Branco (AC)



5ª Reunião Ordinária do CDEMP, nos dias 24 e 25 de novembro de 2016, em Brasília (DF)

6. Eventos: cursos, minicursos, palestras, oficinas e whorkshop

CEAF/MPPI OFERECEU MINICURSO SOBRE DIREITO ELEITORAL PARA MEMBROS E SERVIDORES



O CEAF promoveu em 18.03.2016 minicurso sobre Direito Eleitoral, com o objetivo de aprimorar a atuação do Ministério Público na área, sobretudo no contexto de preparação para as eleições municipais. O evento foi organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), teve o apoio da Associação Piauiense do Ministério Público (APMP). O renomado professor Dirceu Barros tratou de temas como propaganda política, ação de impugnação de registro de candidatura e ação de investigação judicial eleitoral, dentre outros.

O minicurso contou com a participação de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, que aproveitam a oportunidade para esclarecer dúvidas e atualizar seus conhecimentos.

Informações sobre o palestrante: Dirceu Barros é Promotor de Justiça do Estado de Pernambuco, mestre em Direito, especialista em Direito Penal e processo penal, ex-professor universitário. Professor da Escola Judiciária Eleitoral no curso de pós-graduação em Direito Eleitoral, professor de dois cursos de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal, com vasta experiência em cursos preparatórios aos concursos do Ministério Público e Magistratura, lecionando as disciplinas de Direito Eleitoral, Direito Penal, Processo Penal, Legislação Especial e Direito Constitucional. Foi comentarista da Rádio Justiça do STF, membro efetivo do Grupo Nacional do Ministério Público, colunista da Revista Prática Consulex e do blog Atualidades do Direito. Palestrante em diversos congressos no Brasil e autor de diversos artigos em revistas especializadas. Já publicou mais de sessenta livros.



MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS PROMOVEM TREINAMENTO SOBRE COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O Ministério Público do Estado do Piauí e o Tribunal de Contas celebraram parceria para viabilizar a realização do curso “Improbidade Administrativa e Defesa do Patrimônio Público”, nos municípios de Teresina e de Picos. Na capital, o curso foi realizado nos dias 6 e 7 de abril, com a participação de membros, servidores e estagiários. Já a edição de Picos foi executada nos dias 27 e 28 de abril. O foco do treinamento foi a operacionalização dos sistemas geridos pelo TCE, para aprimoramento da fiscalização sobre licitações e outros atos praticados por gestores, no que refere a gastos públicos. A parceria foi intermediada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público.

CEAF/PI PROMOVEU CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Em 08/04, foi realizado minicurso sobre improbidade administrativa no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, com o Promotor de Justiça Tarcísio Bonfim, do Ministério Público do Estado do Maranhão. A atividade foi promovida pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público – CACOP, com o objetivo de instruir quanto ao reconhecimento, responsabilização e reflexão acerca de tal prática, através de ações fiscalizadoras e educativas.

Palestrante: Tarcísio Bonfim é Promotor de Justiça no Maranhão desde 1999, formado em Direito pela UFMA, tem pós-graduação em Direito Constitucional e em Direito Penal. É presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão e um dos nomes mais reconhecidos na área de defesa do patrimônio público.



CEAF EM PARCERIA COM CAOPDI PROMOVEU ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO SOBRE A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado do Piauí promoveu 13.05.2016 palestra sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, através de uma parceria firmada entre o CEAF e o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso (CAOPDI), órgão auxiliar do MP/PI. A apresentação foi conduzida pelo Promotor de Justiça Waldir Macieira, atuante no Estado do Pará, onde trabalha como titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e Pessoa com Deficiência da Capital.



MINICURSO SOBRE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

O Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF e o Centro de Apoio as Promotorias Criminais do MPPI - CAOCRIM, promoveram no dia 16.09.2016, Oficina sobre Audiência de Custódia. A programação incluiu temas como “Procedimentos da Audiência de Custódia”, “Aspectos Processuais” e ainda “Apresentação de Material”. Os palestrantes foram os Promotores de Justiça Rodrigo Roppi e Marlete Cipriano, que também é coordenadora do CAOCRIM. Houve ainda um momento de discussão entre os participantes, com oportunidade para o esclarecimento de dúvidas.



PALESTRA SOBRE O NOVO CPC COM ABORDAGEM PARA O 2º GRAU REÚNE PROCURADORES DE JUSTIÇA E ASSESSORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Piauí promoveu no dia 23/06/2016, palestra sobre o novo Código de Processo Civil e suas principais inovações, com abordagem voltada para o 2º grau, e em especial aos Recursos Processuais. O objetivo foi capacitar os Procuradores de Justiça, bem como os Assessores de Procuradores do Ministério Público que lidam diariamente com demandas cíveis e recursais. A apresentação foi conduzida por Fernando Said Filho, que é Mestre em Direito, Professor Substituto da UESPI, Professor de Direito da UNINOVA-FAPI e Faculdade Maurício de Nassau (FAP-PI), Advogado e Juiz Leigo do TJ-PI.



REINAUGURAÇÃO DO AUDITÓRIO CENTRAL DA PGJ EM 19/08/2016, CONTOU COM A PALESTRA COM A TEMÁTICA “MEDIA TRAINING”, ENTREGA DE IDENTIDADE FUNCIONAL PARA MEMBROS E APRESENTAÇÃO DO CORAL “VOZES DO MINISTÉRIO PÚBLICO”

O momento de emoção ficou a cargo do coral “Vozes do Ministério Público”, que interpretou várias canções populares sob a regência do maestro Aurélio Melo. A programação do dia se encerrou com a palestra ministrada pelo renomado jornalista João Camargo Neto, que falou sobre o relacionamento com a imprensa e a importância do Ministério Público, como instituição, no contexto midiático. O media training foi organizado pela Procuradoria Geral de Justiça, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a partir de projeto elaborado pela Coordenadoria de Comunicação Social para o Plano Geral de Atuação Administrativa (PAA).



CAPACITAÇÃO SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL



O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Piauí (CEAF/MPPI) promoveu em 21.10. 2016 capacitação sobre alienação parental. A programação incluiu duas palestras, ministradas pela Promotora de Justiça Ana Cecília Rosário Ribeiro e pela psicóloga Liandra Nogueira Soares da Silva, que também é servidora do Ministério Público. O evento teve uma abordagem multidisciplinar, com análise dos aspectos jurídicos da situação de alienação parental e com a discussão acerca das consequências sobre a formação psicológica dos envolvidos. A primeira apresentação foi conduzida pela Promotora de Justiça Ana Cecília Rosário Ribeiro, que é doutora em Direito Civil pela PUC/SP. Ela falou sobre a evolução do modelo de família, a Lei de Alienação Parental (Lei n° 12.318/2010) e os atos comumente relacionados a essa prática, como a promoção de uma campanha de desqualificação em desfavor de um dos pais, criação de falsas memórias e obstrução da convivência entre a criança ou adolescente e um dos genitores. A Promotora de Justiça discorreu ainda sobre a Recomendação n° 32/2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), segundo a qual os atos de alienação parental são prejudiciais ao desenvolvimento infanto-juvenil. Já a psicóloga Liandra Nogueira falou sobre os efeitos verificados sobre a psique das crianças e adolescentes vitimados pela alienação parental, fazendo uma explanação acerca do contexto em que interagem os envolvidos.

DIA DO SERVIDOR

Palestra: “A Ciência da Felicidade”, conduzido pela psicóloga Soraya de Albuquerque Pessoa, e pelo biopsicólogo e instrutor de yoga Rudá Yuj Maracajá de Carvalho. Os dois profissionais falaram sobre as várias dimensões da felicidade, promovendo dinâmicas entre os participantes.



.....

CURSO NA MODALIDADE ENSINO À DISTÂNCIA SOBRE PORTUGUÊS JURÍDICO PARA SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), do Ministério Público do Estado do Piauí, ofereceu a servidores curso de Português Jurídico para os servidores da instituição, na modalidade de educação à distância. A finalidade deste Curso foi possibilitar o aprimoramento em Língua Portuguesa, mediante o desenvolvimento de conteúdos gramaticais que embasem a redação jurídica e administrativa, visando à produção de textos claros, precisos, coerentes, coesos e gramaticalmente corretos. Foram disponibilizadas 35 vagas, sendo 20 para os servidores lotados no interior do estado e 15 para os da capital. O curso contou com uma carga horária total de 60 horas, distribuídas em seis semanas, e teve início no dia 24 de outubro de 2016. As aulas abordaram temas como padronização e normatização, expressões e vocabulário, estrutura do texto jurídico, técnicas para elaboração e organização do pensamento, dentre outros. O professor Marcelo Paiva foi designado para conduzir as atividades. Ele é coordenador de cursos de pós-graduação de Português Jurídico, Língua Portuguesa, Linguística e Revisão de Texto. Autor de 46 livros sobre o uso adequado de nosso idioma em especializações relacionadas principalmente à atividade institucional.

CEAF PROMOVEU IV MÓDULO DO MINICURSO SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL



O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), do Ministério Público do Estado do Piauí, promoveu em 04.11.2016 o quarto módulo do curso sobre o novo Código de Processo Civil e suas principais inovações. O objetivo foi capacitar os membros, servidores e estagiários do Ministério Público que lidam diariamente com demandas cíveis. A apresentação desse módulo foi conduzida pelo advogado Berto Igor Caballero, que é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí, mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, professor efetivo da UFPI, coautor da obra “Novo CPC – Principais Alterações” (Editora Dinâmica Jurídica, 2016) e membro da Associação Brasileira de Direito Processual – ABDPRO.

II CURSO DE LIBRAS PARA SERVIDORES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (EM ANDAMENTO)

O II Curso de Libras tem objetivo capacitar membros e servidores do Ministério Público para adquirirem conhecimentos introdutórios dos recursos linguísticos indispensáveis a uma comunicação eficaz, espontânea e contextualizada no que se refere à Língua Brasileira de Sinais (Libras). O objetivo do projeto foi qualificar a comunicação com o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no atendimento e recepção de pessoas surdas, bem como possibilitar orientações e encaminhamentos necessários.

CURSO DE CAPACITAÇÃO – GAECO

DATA: 10 E 11 DE NOVEMBRO

Temática: Atuação do GAECO/MPPI no combate ao crime organizado e mecanismos de colaboração às investigações empreendidas pelo Promotor de Justiça natural.

Público-alvo: Membros e servidores do MPPI/Carga Horária: 16 horas

O conteúdo programático teve foco em técnicas de investigação, legislação e inteligência. Quatro palestrantes conduziram as apresentações: o Promotor de Justiça Rômulo Cordão, coordenador do GAECO; o Analista Processual Gerson Mesquita de Brito, que, além de funcionar como Assessor do Procurador-Geral de Justiça junto ao GAECO, também é representante do Ministério Público do Piauí na Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologias de Combate à Lavagem de Dinheiro; o Policial Rodoviário Federal José Américo de Castro Júnior, que exerce a função de Analista de Inteligência no GAECO; e o Tenente-Coronel Scheiwann Schleiden Lopes da Silva, Diretor de Inteligência da Polícia Militar do Piauí.



CURSO DE AMBIENTAÇÃO DOS SERVIDORES RECÉM-EMPOSSADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – 2016

Data: 07/11/2016 (manhã e tarde)

A Administração Superior, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional-CEAF, preocupado com a integração do servidor ao ambiente institucional, ofereceu aos servidores recém-empossados desta Instituição, Curso de Ambientação. O objetivo foi integrar e socializar os novos servidores ao ambiente institucional, missão e visão do Ministério Público, fornecendo-lhes informações acerca das políticas e das normas do Órgão. A proposta do curso é facilitar a integração e adaptação do novo servidor à Instituição prestando-lhe as primeiras orientações para o início da sua atuação profissional, através de palestras, vivências e exposição dos projetos e iniciativas atualmente desenvolvidos pelo Órgão, entre outros aspectos importantes.

WORKSHOP de GESTÃO DE PROJETOS”

O “Workshop de Gestão de Projetos que é fruto da Ação Nacional Estruturante “Execução da Estratégia: Fomento à Cultura de Projetos”. O evento teve como público-alvo membros e servidores do Ministério Público que trabalham com elaboração, execução e monitoramento de projetos, foi coordenado pela Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do CNMP. As atividades tiveram início na manhã 24.11.2016 e se estendeu até 25.11.2016.



SEMINÁRIO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Data: 02.12.2016

O Seminário de Licenciamento Ambiental - Loteamentos e Patrimônio Histórico Cultural foi organizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA) e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). A programação incluiu as palestras: “Licenciamento Ambiental - A consulta ao IPHAN e a Instrução Normativa nº 001/2015”, apresentada pela arquiteta Diva Maria Freire Figueiredo; “Licenciamento Ambiental de Loteamentos no Estado do Piauí: Procedimentos, Restrições Legais, Especialidades e Estudos de Caso”, apresentada pelo Superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Carlos Antônio Moura Fé; e “Loteamento – Procedimento para o Licenciamento Ambiental em Teresina”, apresentada pelo Secretário Executivo Municipal de Meio Ambiente, Claudinei Feitosa.



PALESTRA COM O TEMA: “COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

Data: 05.12.2016

A palestra foi alusiva ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 03 de dezembro, com o objetivo de promover a conscientização e a reflexão sobre os direitos das pessoas com deficiência, além de mobilizar a sociedade para a garantia da dignidade, dos direitos e do bem-estar dessas pessoas.



ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO

VII ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO PARA PROMOTORES DE JUSTIÇA

Período: Dia 04.07.2016 a 11.07.2016 / Carga horária: 18h

As atividades dos Estágio de Adaptação contribuíram para a integração dos novos Promotores de Justiça e disponibilizaram informações importantes para o desempenho das suas atividades. O Acolhimento e Integração contou com a participação da Administração Superior, Assessorias, Centros de Apoio Operacional, Corregedoria-Geral do Ministério Público, as Promotorias e Setor de Psicologia do MPPI. Nos Estágios de Adaptação foram realizadas atividades de instrução e orientação, inclusive com visitas em diversos Órgão do Ministério Público. O curso de adaptação foi promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) objetivou dotar de informações os novos Promotores de Justiça quanto ao funcionamento da instituição ministerial no atendimento às demandas da sociedade no Estado. Assim, os membros recém-empossados tiveram a oportunidade de tomar conhecimento da realidade do Ministério Público Piauiense. O Estágio teve como finalidade proporcionar aos membros iniciantes o conhecimento sobre a organização e funcionamento da instituição e sobre a realidade prática da atuação ministerial, com ênfase nos subsídios que auxiliem na atuação preventiva e resolutiva de conflitos, buscando-se garantir maior efetividade no exercício das funções ministeriais.

7. Cursos Externos

No decorrer do ano de 2016, tramitaram pedidos de “compras” de vagas para cursos oferecidos no mercado, além dos projetos de capacitação desenvolvidos internamente. Abaixo as demandas atendidas:

- Curso Web Rica com JSF 2, Primefaces e CDI
- Curso de Desenvolvimento Móvel em Google Android
- Curso de capacitação “Criminologia, Psicopatologia e suas Interfaces
- Palestra sobre educação financeira
- Curso de capacitação “Introdução no Processo Disciplinar

